

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Objetivo:

Selecionar empresa para contratação por meio de sistema de Registro de Preços para prestação de serviços de roçada e poda em vias Públicas da região de abrangência da Secretaria de Agricultura e Expansão Urbana, para atender às necessidades do município no desenvolvimento de atividades específicas, em razão da ausência de maquinários adequados no próprio município.

Analisar a viabilidade da contratação intencionada, por meio de estudo técnico preliminar, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itajaí/SC no que tange a este processo, cujo objeto está acima indicado.

Área requisitante da contratação: Secretaria de Agricultura e Expansão Urbana

I – INFORMAÇÕES GERAIS

1. Equipe de Planejamento

Nome	Cargo/Função	Matrícula	E-mail
Jorge Andriani	Assessor Executivo	2679101	Jorge.andriani@itajai.sc.gov.br

II – DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A contratação deste serviço é essencial para manter a limpeza, conservação e segurança das vias públicas da região de abrangência da Secretaria de Agricultura e Expansão Urbana, a falta deste serviço faz com que a vegetação encobre a visibilidade de motoristas e placas de sinalização.

Este serviço foi contratado em gestão anterior, conforme disposto em ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 207/2023 do município de Itajaí-SC, que teve sua data

de término na data de 26/09/2023, sendo os serviços contratados paralisados até nova contratação, por falta de estrutura de maquinário e mão de obra própria do município de Itajaí, para execução destes serviços prioritários.

3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Contratações (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A contratação destes serviços está prevista no Plano Anual de Contratações.

4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A contratação de uma empresa especializada em prestação de serviços de roçada e poda em vias públicas, para região de abrangência da Secretaria de Agricultura e Expansão Urbana, para o Município de Itajaí-SC envolve diversos aspectos relevantes que devem ser considerados para garantir a eficiência e a qualidade dos serviços prestados.

São eles:

1. Equipamentos e Ferramentas Adequados:

- A empresa deve dispor de todos os equipamentos e ferramentas necessárias para a execução dos serviços, garantindo a eficiência e a qualidade do trabalho.
- A manutenção regular dos equipamentos é fundamental para evitar interrupções e assegurar a segurança dos trabalhadores.

2. Cumprimento das Normas e Regulamentações:

- Os serviços devem ser executados em conformidade com as normas ambientais, de segurança e de saúde ocupacional.
- A empresa deve possuir todas as licenças e autorizações necessárias para a realização dos serviços.

3. Monitoramento e Fiscalização:

- A secretaria deve designar profissionais para o acompanhamento e fiscalização dos serviços, assegurando que sejam realizados conforme o contrato e as

especificações técnicas.

- Relatórios periódicos devem ser apresentados pela empresa, detalhando as atividades realizadas e os resultados alcançados.

4. Relação Custo-Benefício:

- O processo de contratação deve buscar a melhor relação custo benefício, garantindo a eficiência dos gastos públicos e a qualidade dos serviços prestados.

5. Flexibilidade e Adaptabilidade:

- A empresa contratada deve ser capaz de se adaptar a eventuais mudanças nas demandas e nas condições das áreas atendidas.
- A flexibilidade na execução dos serviços é importante para atender a situações emergenciais ou imprevistos.

6. Execução Parcelada e Deslocamento:

- A execução dos serviços será de forma parcelada, conforme a necessidade do Município.
- A proponente, as suas expensas, deverá se deslocar até o local onde tiver de serem efetuados os serviços, tudo para o bom e perfeito atendimento da solicitação.

7. Qualidade do serviço:

- A roçada consiste no aparo da vegetação do local, deixando-a com a mínima altura possível, considerando a utilização de pessoal, ferramentas e equipamentos adequados. Os serviços devem ser realizados tomando-se o cuidado com árvores, tubulações e todo e qualquer elemento que possa ser danificado durante a realização dos serviços. Deverá ser previsto o correto acabamento nas laterais de edificações, muros, cercas, alambrados, calçadas e similares.

8. Da contratação:

- O prazo de contratação dos serviços é de 12 meses a priori.
- Cumprimento da integralidade de todos os atos do termo de referência.

5. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Adotou-se como referência o último contrato vigente, formalizado por meio da Ata de Registro de Preços nº 207/2023, que previa a contratação de 2.400.000 m², dos quais foram utilizados aproximadamente 20% do total estimado.

Para a análise da estimativa dos serviços a serem contratados pela Secretaria de Agricultura, considerou-se a interrupção dos serviços por um período de quatro meses, decorrente da ausência de realização de nova licitação pela gestão anterior.

Nesse contexto, estimou-se o quantitativo necessário para a prestação de serviços de roçada e poda em vias públicas situadas na região de abrangência da Secretaria de Agricultura e Expansão Urbana, perfazendo um total de 1.200.000 m².

III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

6. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

1. Contratação Temporária de Prestação de Serviços de roçada e poda em vias Públicas;

Descrição: Contratar uma empresa especializada para fornecer serviços de roçada e poda em vias públicas, já prevendo a disponibilização de mão de obra e equipamentos, atendendo às necessidades do município de Itajaí para a realização de atividades essenciais que não podem ser supridas com os recursos próprios do município.

Vantagens: Equipamentos adequados e atualizados, operados por profissionais capacitados, garantindo a execução eficiente das atividades programadas, com cumprimento dos prazos estabelecidos.

Desvantagens: O principal desafio é o custo adicional associado à contratação de uma empresa externa para a prestação do serviço, maquinários e seus operadores.

2. Realização pela própria Secretaria com o Treinamento e Mobilização de Equipe e Equipamentos Internos;

Descrição: Contratar pessoal, treinar a equipe interna e utilizar os maquinários próprios do município para a execução das atividades necessárias, sem depender de empresas externas.

Vantagens: A utilização de equipe e equipamentos próprios garantiria maior familiaridade com os procedimentos internos e economia a longo prazo, além de controle direto sobre a execução dos serviços.

Desvantagens: A Secretaria de Agricultura (SEAGRU), assim como o município de Itajaí, não dispõe de profissionais capacitados para execução do serviço, nem quantidade suficientes de servidores, para utilizar os maquinários de forma adequada, até pela ausência destes profissionais no setor, o que inviabiliza a execução das atividades apenas com os recursos internos.

Não haveria tempo hábil para contratação, treinamento, compra de maquinários necessários, tendo em vista a urgência na execução destes serviços.

7. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Conforme orçamento prévio obtido por meio de pesquisa de preços realizada, verificou-se o valor de referência de R\$ 0,77 (setenta e sete centavos) por metro quadrado para serviços de roçada em vias públicas. Com base nesse levantamento, estima-se o montante total de R\$ 924.000,00 (novecentos e vinte e quatro mil reais) para a contratação do objeto do presente contrato.

IV – SOLUÇÃO ESCOLHIDA

8. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A melhor opção é a contratação temporária de prestação de serviços de roçada e poda em vias públicas, que já inclui mão de obra e maquinários. Isso garante uma solução rápida, eficaz e especializada, suprimindo a carência de pessoal técnico e equipamentos da SEAGRU para a realização das atividades programadas com segurança e eficiência.

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos

6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A justificativa para não parcelar a contratação de 1.200.000 metros quadrados em prestação de serviços de roçada e poda em vias públicas, para região de abrangência da Secretaria de Agricultura e Expansão Urbana, para o Município de Itajaí-SC, baseia-se em várias vantagens: economia de escala com melhores preços e condições comerciais; maior eficiência operacional e qualidade dos serviços por meio de uma execução contínua e consistente; redução de custos administrativos ao evitar múltiplos contratos; estabelecimento de um cronograma unificado que permite melhor alocação de recursos; garantia de atenção integral a todas as áreas prioritárias; facilidade de monitoramento e controle da qualidade dos serviços; resposta mais ágil e eficaz em caso de emergências; cumprimento mais eficiente de prazos e metas; e melhor conformidade com normas e regulamentações, assegurando uma gestão mais eficaz e econômica dos recursos públicos.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

O objeto desta contratação visa alcançar resultados significativos em termos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Primeiramente, ao optar pela contratação de empresas especializadas, espera-se uma redução substancial nos custos operacionais. Empresas especializadas possuem experiência e eficiência na execução dos serviços, o que resulta em menor tempo de execução e redução de desperdícios de materiais. Essa eficiência operacional contribui para uma significativa economia de recursos financeiros, uma vez que os custos são otimizados e os serviços são realizados dentro dos prazos estabelecidos, evitando gastos adicionais decorrentes de atrasos ou retrabalhos.

Além disso, a contratação de empresas externas permite um melhor aproveitamento dos recursos humanos da administração pública. Com a ausência de servidores capacitados para esses serviços específicos, a terceirização libera a força de trabalho existente para se concentrar em suas funções principais, aumentando a produtividade e a eficiência geral da administração. Isso garante que os servidores possam focar em atividades estratégicas e administrativas, ao invés de serem alocados para tarefas operacionais para as quais não têm a devida qualificação.

No que diz respeito aos recursos materiais, empresas especializadas geralmente possuem acesso a equipamentos e tecnologias avançadas que a administração pública pode não ter disponível ou não ter recursos para adquirir. O uso desses equipamentos modernos não só melhora a qualidade dos serviços prestados, mas também reduz o tempo de execução e a necessidade de manutenção futura, prolongando a durabilidade das obras realizadas.

A economicidade também é promovida pela competitividade do processo licitatório. A seleção de empresas através de licitação pública garante que os contratos sejam firmados com fornecedores que oferecem o melhor custo-benefício, maximizando o retorno sobre o investimento. A concorrência entre as empresas participantes do processo licitatório assegura que os preços sejam justos e competitivos, evitando superfaturamento e garantindo que os recursos financeiros sejam utilizados de forma eficiente.

Ademais, a terceirização destes serviços permite uma flexibilidade orçamentária maior. A administração pública pode ajustar os contratos conforme as necessidades e a disponibilidade de recursos, contratando serviços apenas quando necessário e evitando despesas fixas com manutenção de equipes internas e equipamentos que podem não ser utilizados continuamente.

Por fim, a garantia de qualidade nos serviços contratados é outro resultado pretendido. Empresas especializadas são obrigadas a cumprir padrões de qualidade estabelecidos no contrato, e a administração pública pode exercer um controle rigoroso sobre a execução dos serviços, garantindo que os resultados atendam às expectativas e às normas técnicas vigentes. Isso contribui para a satisfação da população e a preservação do patrimônio público, evitando gastos futuros com reparos e manutenção corretiva.

Em suma, a contratação de empresas especializadas para estes serviços específicos proporciona uma gestão mais eficiente e econômica dos recursos humanos, materiais e financeiros, promovendo resultados de alta qualidade,

otimização dos custos e melhor alocação das atividades internas da administração pública.

12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Verificação de Regularidade Jurídica e Fiscal da Contratada:

- Comprovação de que a empresa selecionada atende aos requisitos de habilitação jurídica e fiscal, incluindo a apresentação de certidões negativas de débitos tributários, previdenciários e trabalhistas, conforme exigido no edital.

Análise e Aprovação dos Documentos Necessários:

- Conferência e validação de toda a documentação exigida para formalização do contrato, incluindo a proposta final e os documentos de habilitação apresentados pelo licitante vencedor.

Confirmação de Previsão Orçamentária e Financeira:

- Comprovação da existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira para a cobertura das despesas geradas pelo contrato.

Publicação dos Resultados da Licitação

- Divulgação dos resultados da licitação e adjudicação do objeto ao vencedor, conforme previsto na legislação e no edital, garantindo a transparência do procedimento.

Designação de Gestor e Fiscal do Contrato:

- Nomeação formal do gestor e, se necessário, do fiscal do contrato, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

Formalização do Contrato:

- Formalização do instrumento contratual por escrito, com a assinatura das partes e registro do contrato em sistema oficial, quando aplicável.

Publicação do Extrato do Contrato:

- Publicação do extrato do contrato em meio oficial, como forma de assegurar a transparência e a publicidade do ato administrativo.

13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Não há impactos ambientais que podem ser gerados unicamente em razão de contratações geradas a partir desse objeto. Todavia a empresa deverá efetuar o descarte de resíduos gerados pela prestação de serviço de roçada, em local adequado, em conformidade com a Lei Federal 1235/2010.

Fica a CONTRATADA comprometida a proteger e preservar o meio ambiente e prevenir e erradicar práticas que lhe sejam danosas, exercendo suas atividades em observância dos atos legais, normativos e administrativos relativos às áreas de meio ambiente, emanadas das esferas federal, estaduais e municipais, incluindo, mas não se limitando, ao cumprimento da Lei 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) e da Lei 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), implementando ainda esforços nesse sentido junto aos seus fornecedores.

A CONTRATADA não deverá queimar resíduos a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade, conforme disposto no art. 47, inciso II da Lei Federal nº 12.305, de 03 de agosto de 2010 e no art. 84 do Decreto Federal nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010; Assegurar que a Poda ou Supressão de Vegetação quando solicitado pela Secretaria de Agricultura (SEAGRU) seja executada por um profissional habilitado. Assegurar que o descarte dos resíduos seja encaminhado para locais devidamente autorizados e ou possuidores de Licença Ambiental.

14. Responsáveis pela Elaboração do ETP

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE
Jorge Andriani Matrícula: 2679101 04 de Fevereiro de 2025	Flavia Cristina Faita Sehn Matrícula: 2196802 04 de Fevereiro de 2025

15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o

atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

DATADO E ASSINADO DIGITALMENTE.

ITAJAÍ/SC, 06 DE FEVEREIRO DE 2025.

Jorge Andriani
Matrícula 2679101

Flavia Cristina Faita Sehn
Secretária de Agricultura e Expansão Urbana